

## **PLANO PLURIANUAL E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO PORTAL DO SERTÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES.**

**Carla Lorena Lima Ferreira<sup>1</sup>; Vanessa Silva Vieira<sup>2</sup>**

1. Bolsista PROBIC, Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [lolyfsa@hotmail.com](mailto:lolyfsa@hotmail.com)
2. Vanessa Silva Vieira; Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [vanessabahia@yahoo.com.br](mailto:vanessabahia@yahoo.com.br)

**PALAVRAS-CHAVES:** Território de Identidade, Agricultura Familiar, Plano Plurianual.

### **INTRODUÇÃO**

O Trabalho descrito faz parte do projeto Territórios de Identidade: Desvelando os Desafios para o Planejamento Territorial no Estado da Bahia, que esta vinculada ao Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV). O estudo dos Planos Plurianuais torna-se importante para a Geografia a partir do momento em que se compreende que o mesmo contém um conjunto de ações sobre o território. Entendemos que essas ações implantadas pelo governo do Estado são políticas territoriais que organizam e dinamizam o território e realizam importantes transformações na sociedade. Segundo o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2008-2011, a atual regionalização do Estado da Bahia, a partir da formação dos Territórios de Identidade, teve seu surgimento devido aos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, à reforma agrária e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ainda com base nesse PPA o Território de Identidade é um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, como grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Bahia, 2008). O Território de Identidade Portal do Sertão, objeto desse estudo, é formado por 17 municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santa, Ipecaetá, Irará, Santa Barbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. A justificativa que deu inicio a investigação dessa pesquisa está relacionada a uma melhor compreensão e avaliação das políticas territoriais destinada para o desenvolvimento da agricultura familiar no município foco da análise. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar as políticas territoriais implantadas pelo Governo do Estado para a agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão, dando enfoque ao município de Amélia Rodrigues já que tem como principal

setor econômico gerador de riqueza a agricultura. Este objetivo maior desdobra-se em outros de caráter mais específicos, a saber: identificar os programas direcionados para a agricultura familiar no município de Amélia Rodrigues; reconhecer os principais agentes locais que participam diretamente dos programas direcionados à agricultura familiar; compreender até que ponto os programas desenvolvidos tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Amélia Rodrigues; reconhecer de que forma a agricultura família se insere na dinâmica do desenvolvimento de Amélia Rodrigues.

### **METODOLOGIAS**

Essa pesquisa está se constituindo em duas etapas, na primeira, onde já se encontra em desenvolvimento, está sendo realizado um levantamento bibliográfico, paralelo a produção de um referencial teórico que direcionará a pesquisa. Serão utilizados os documentos disponibilizados no site da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, sobretudo o Plano Plurianual (2008-2011), documento referência para o estudo dos Territórios de Identidade. Na segunda etapa será feito um levantamento sobre os programas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão, através da análise das diretrizes estratégicas e dos programas que contemplam este setor. Seguindo assim a aplicação de questionários e entrevistas aos representantes da sociedade civil e dos agentes políticos diretamente envolvido com os programas em análise, com intuito de verificar quais os resultados alcançados por tais programas, no tocante ao desempenho da agricultura familiar. Os dados coletados e analisados servirão de base para a construção de um banco de dados sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no município em estudo, bem como para a construção do relatório final da pesquisa e elaboração de artigos científicos.

### **DISCUSSÕES**

O PPA é um instrumento de planejamento de ação governamental que foi instituído pela Constituição Federal de 1988, o mesmo corresponde a um período de quatro anos. Inicia-se no segundo ano de governo e se encerra no final do primeiro ano do próximo mandato. O PPA é designado pelo Poder executivo do Estado com o objetivo de estabelecer de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, com este documento o governo estabelece as prioridades de como gastar melhor os recursos públicos. O recorte do Estado da Bahia em Territórios de Identidades teve como objetivo, pelo menos em termos normativo diminuir as diferenças socioeconômicas promovendo uma participação mais igualitária e com menor segregação dentro do seu território.

Sobre o conceito de território destaca-se o de Santos (2000), onde o território constitui:

[...] chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da

residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2000, p.96)

Nesse sentido o território é a base do trabalho, da residência, onde há sentimentos de pertencimentos e identidades, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. O território é, também, cenário de produção e reprodução do trabalho das manifestações culturais, materiais e espirituais.

É importante destacar que, de forma geral, na Bahia, a agricultura familiar desde sua origem esteve sempre às margens das políticas públicas, onde o interesse sempre se voltou para a produção agrícola de grande escala e a industrialização (CARNEIRO 1997). Dessa forma a agricultura familiar se tornou uma opção secundária dentro do modelo de desenvolvimento deste estado. Porém é necessária políticas que venham fortalecer a agricultura familiar, respeitando a potencialidade dos pequenos municípios que têm nessa atividade uma importante fonte de renda, a exemplo do município de Amélia Rodrigues, objeto desta pesquisa.

#### **REFERÊNCIAS**

BAHIA. Plano Plurianual (2008-2011). Salvador, 2008.

CARNEIRO, Maria José (1997), “**Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n° 8, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, pp. 70-82.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.